

## Museus provinciais: contribuições para o panorama museológico brasileiro

Provincial museums: contributions to Brazilian museology

Suely Moraes Ceravolo\*  
Maria Margaret Lopes\*\*

**Resumo:** O artigo privilegia informações sobre museus provinciais locais a partir de fontes arquivísticas, material bibliográfico e coleções constituídas ao longo do século XIX que não mereceram ainda maior atenção da historiografia no país. Problematisa a idéia, identificada na literatura internacional como 'lost museums', assim como a própria ideia de museus provinciais para afirmar a existência de um passado museológico brasileiro a ser efetivamente incorporado aos estudos museológicos no Brasil.

Palavras-chave: Estudos museológicos. Museus provinciais. Museus na Bahia.

**Abstract:** The article privileges information about local provincial museums from archive sources, bibliographical material and collections formed throughout the 19th Century that still haven't caught the attention of national Historiography. The article also questions the idea identified in international literature as 'lost museums', as well as the idea of provincial museums to affirm the existence of a Brazilian museological past that has yet to be effectively incorporated in Brazilian museological studies.

Key-words: Museological studies. Provincial Museums. Bahia museums.

### Ponto de partida: um chamado à pesquisa

Esse artigo é um chamado à pesquisa. Uma contribuição que vise adensar e compreender melhor o panorama museológico brasileiro desde o século XIX requer problematizar questões relacionadas aos museus, no momento em que ainda se está sob o impacto causado pelo fogo que destruiu, em 2018, grande parte do Museu Nacional do Rio de Janeiro. As perdas das coleções e arquivos históricos justamente no contexto das comemorações dos seus 200 anos nos coloca a todos interessados nas reflexões sobre os museus, na posição de deter o olhar vigilante ao conjunto de fontes de outras ordens e mesmo a partir de outros museus que, inclusive, possam contribuir para minimizar partes dos verdadeiros danos ocorridos e, fundamentalmente, alargar nossa percepção do passado museológico brasileiro.

---

\* Universidade Federal da Bahia. Departamento de Museologia FFCH/UFBA. PPG MUSEU/FFCH/UFBA. PPG HISTORIA/FFCH/UFBA. E-mail: [sumoce@ufba.br](mailto:sumoce@ufba.br)

\*\* Pesquisadora colaboradora senior do Programa de Ciências da Informação da UnB e orientadora plena do Programa Interunidades em Museologia MAE-USP. E-mail: [mmlopes@unb.br](mailto:mmlopes@unb.br)

A noção de eterna permanência derivada dos museus seculares que continuam existindo até hoje, se confronta com o que a literatura internacional vem chamando de 'lost museums' – museus que apesar de sua existência por períodos variados de tempo e algum significado ao longo dela - foram perdidos pela historiografia. Na contramão da idéia de permanência eternizada dos museus e coleções, Lubar e co-autores (2017) remetem ao fenômeno da *tafonomia dos museus (museum taphonomy)* - processo pelo qual as coleções desaparecem pelas mais diversas razões mesmo que a instituição sobreviva, e que não seja “cápsula para a posteridade” chamando a atenção para a impermanência.

No caso brasileiro há muito superamos a ideia de que, ao longo do século XIX, existiram três museus no país - Museu Nacional; Museu Paulista e o atual Museu Emilio Goeldi, em Belém do Pará - cenário ampliado, já há bom tempo pelo Museu Botânico do Amazonas e o Paranaense de Curitiba (LOPES, 2009; LOPES e SÁ, 2016), Júlio de Castilhos em Porto Alegre (POSSAMAI, 2014) ou o Museu Rocha do Ceará que Arthur Neiva menciona entre os principais museus no Brasil ao lado do Nacional, do Paulista e do Goeldi quando do encerramento do Museu Botânico do Amazonas (NEIVA, 1929), além de muitos outros<sup>1</sup>.

Não obstante estudos já realizados o tema está longe de esgotamento como demonstra a pesquisa recentemente realizada a partir do Jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* e outros materiais que nos permitiu identificar, no próprio Museu Nacional, a existência do que foi considerado por seus contemporâneos como museu individualizado - o *Conservatório de Máquinas e Modelos da SAIN* - que apenas ocupava as salas do edifício comum e, talvez por isso, não tenha sido anteriormente encontrado nos arquivos do Museu Nacional - agora perdidos. O *Conservatório*, explicitamente inspirado no *Conservatoire des Arts et Métiers* de Paris, com coleções e informes continuados de suas atividades, aquisições, exposições, existiu desde pelo menos 1825, ocupando um ou dois salões no piso inferior do Museu Nacional cujo acesso independente se dava pela Rua dos Ciganos, lateral à entrada principal do edifício, no Campo de Santana (atual Praça da República), até 1878, quando os objetos do antigo *Conservatório* foram transferidos das salas do Museu Nacional para outro edifício que a SAIN passou a ocupar na Praça da Aclamação, no Rio de Janeiro (LOPES; FIGUEIRÔA *in press*).

---

<sup>1</sup> Mananciais inesgotáveis de pesquisas são os museus elencados nos Guias de Museus brasileiros que se sucederam ao longo da primeira metade do século XX, que ainda não mereceram maior atenção da história museológica brasileira. Ou ainda as menções aos considerados principais museus brasileiros incluídos por Laurence Coleman em *Directory of Museums in South America* (1929).

A investigação histórica vem despertando interesse de pesquisadores e de estudantes dos cursos de pós-graduação em Museologia, evidenciando a diversidade de atividades colecionistas que merecem ser investigadas. Alguns desses casos se referem aos museus localizados em províncias (depois estados federativos) não incluídos no status de nacionais, mas cujas trajetórias podem ser úteis para o questionamento da própria concepção e função daqueles museus, cooperando para uma visão mais abrangente sobre a construção da museologia brasileira e, conseqüentemente, daquele quinhão integrante do patrimônio cultural em amplo sentido. Paulatinamente esse ramo da historiografia brasileira valida que há um mundo a explorar a exemplo dos museus dos Institutos Históricos, Arqueológicos e Geográficos que se ramificaram pelo país, a partir do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGB, 1838) e de vários museus – impossíveis de serem todos mencionados aqui –, como os museus comerciais, do Rio de Janeiro e do Pará, ou das instituições militares (SANTOS e GRANATO, 2018), exposições e mesmo coleções particulares organizadas em escolas, bibliotecas, instituições de pesquisa, saúde e higiene, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. O tema proporciona, portanto, enorme campo de investigação por vezes partindo de publicações, informações sucintas e notas sobre práticas colecionistas como as que Mario Barata traz em seus apontamentos sobre as origens dos museus históricos e de arte no Brasil. Mario Barata destaca, por exemplo, o papel pioneiro do embrionário museu histórico do IHGB e a existência de outro, de características similares, existente no Arquivo Público do Império (1883), composto por coleções de moedas e medalhas que teriam sido transferidas posteriormente para o Museu Histórico Nacional em 1922 (BARATA, 1986).

Notícias em jornais ou revistas trazem indícios para a releitura de iniciativas colecionistas, expositivas e museológicas que caracterizam tais práticas científicas e culturais. Revelam articulações e formas de funcionamento de instituições e a agência dos sujeitos que participaram desses processos de acordo com as contingências e interesses que os cercavam. Apenas alguns exemplos: uma nota sobre uma exposição do museu do Ginásio Pernambucano, em 1880, informa o horário de funcionamento (aberta até as 21hs em dias de festa) o que nos faz balizar alguma receptividade atribuída à exposição do museu. Os jornais também noticiam que, nesse ano, foi lançada a proposta de um museu de instrução pública a ser organizado no Rio de Janeiro. Em 1881, duas exposições: a Exposição da História do Brasil, na Biblioteca Nacional e a Exposição Industrial preparatória para a Exposição Continental de Buenos Aires concederam espaços para materiais e objetos educativos. Da

proposta da reforma de ensino básico, conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, de 1883, constava um capítulo específico para a criação de um Museu Pedagógico<sup>2</sup>. Daí, e de coleções que teriam tido sua origem na exposição internacional da Filadélfia surgiria o *Museu Escolar Nacional*, cuja carreira ainda que com lacunas historiográficas, estaria vinculada ao *Pedagogium*, organizado por Benjamin Constant em 1890, no Ministério da Instrução Pública<sup>3</sup>. Pode-se referenciar igualmente o já citado Museu Rocha, organizado no Ceará 1887, dando visibilidade para questão pouco investigada no país acerca do colecionismo particular. Colecionismo a que se dedicou também o baiano Francellino Gallo, empreendedor dotado de várias qualidades (inventor, pianista, ourives), ao formar extensa coleção de borboletas e besouros organizada na Bahia, cuja oferta para aquisição pelo Museu Nacional chegou a ser divulgada em pequena nota na revista *Bahia Illustrada* de 1919<sup>4</sup>. Outro caso surge da leitura atenta da correspondência de Hermann Burmeister, diretor do Museu Público de Buenos Aires, em carta recebida do diretor do Museu de Iguape, cidade colonial exportadora de ouro do litoral do estado de São Paulo. O documento, entre outros nessa perspectiva, aponta para outra temática de interesse atual na literatura internacional, a das redes de intercâmbios estabelecidas mesmo nas províncias cujas dimensões ultrapassavam fronteiras nacionais (PODGNORNY & LOPES, 2014).

Entre os ricos indícios dos museus históricos, o Museu do Instituto Arqueológico (Pernambuco, depois Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico) seguiu o modelo do IHGB, na segunda metade do XIX. Foi criado e aberto ao público em 1866 vinculado à associação criada em 1862, em reação a perda das tradições locais, com base na defesa da Igreja e da propriedade tradicional (GUIMARÃES, 1996). A partir de doações, compôs o museu histórico recebendo também “cascos de tartarugas gigantes (...) chifre de rinoceronte, uma costela de baleia e mesmo uma ‘pedra anti-diluviana’, que coexistiram com espada de estandarte e objetos indígenas cedidos ao Museu Nacional para integrarem a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 (MELLO, 1985, p.247). O Museu funcionou com a diversidade do que recebia, incluindo objetos de decoração e mobiliário. Ao longo do tempo recebeu telas, retratos de personalidades da história de Pernambuco, ampliou o setor de mobiliário com mesas, marquêsões, cadeiras, armários de casas rurais e urbanas, palaquins entre

<sup>2</sup> Menções a museus em diversas localidades do país quando referenciadas têm sido garimpadas nos periódicos, jornais diários, disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <<http://memoria.bn.br/>>.

<sup>3</sup> Para uma revisão sobre a bibliografia já existente sobre o Museu Escolar Nacional e o Pedagogium ver entre outros trabalhos SANTOS, 2018.

<sup>4</sup> *Uma collecção rarissima*, Bahia Illustrada, Ano III, no. 17, 1919, s/p.

outras peças, além de elementos decorativos e utilitários, bem como documentos epigráficos (lápides, esculturas, inscrições do século XVII ao XX), armamentos e material arqueológico. Em 1888, recebeu o marco divisório das capitâneas de Pernambuco e Itamaracá, pelas mãos do proprietário do Engenho de Nazaré, Francisco Cavalcanti Jaime Galvão, tombado desde 1938 pelo IPHAN como monumento histórico (SOUZA et alli, 2010)<sup>5</sup>.

O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas no início Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano instalado em 1869 é outro exemplo de agremiação particular cujo empenho voltava-se para a história da província, inscrevendo em seus fins a instalação e manutenção de seções, entre elas “museus”, arquivos, biblioteca, hemeroteca, mapoteca. Como em Pernambuco ali se instalou o primeiro museu aberto ao público formado por eclético conjunto museológico contando com a Coleção Montenegro de material indígena marajoara doada a partir de 1880, pelo sócio Joaquim Jonas Bezera Montenegro juiz de Direito da Comarca de Marajó. O Instituto também recebeu a Coleção Perseverança contendo o material dos “velhos Xangôs de Maceió”, advindo da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió. Esta coleção da agremiação de caixeiros, instalada durante os primeiríssimos tempos da República, em 1897, foi cobiçada por uma “organização americana, estadunidense” em trecho transcrito do professor Abelardo Duarte (ex-secretário perpétuo do IHGAL) (DADOS HISTÓRICOS..., 2008, p.186). A mesma coleção contava com exemplares numismáticos, de filatelia e artefatos indígenas<sup>6</sup>.

Publicada regularmente desde 1895, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo traz sistematicamente as listagens de correspondências, ofertas de documentos e de doadores e coleções dos mais variados objetos recebidos pelo museu que se organizou no Instituto. Também seguindo os motivos de formação de coleções, criação de gabinetes e museus no Brasil à semelhança de outros países sul-americanos, que em nada deviam à modernidade internacional. Esses “meios visuais” em contato uns com os outros fizeram avançar práticas que deram lugar à “saberes museológicos” (PODGNORNY & LOPES, 2014, p.30). Procedimentos em muito apoiados na burocracia, ou seja, na ida e vinda de correspondências fomentando a circulação do conhecimento para descrever o mundo (PODGNORNY, 2018).

<sup>5</sup> Visita virtual ao Museu < <http://www.iahgp.com.br/visita.php>> Acesso 15 mai. 2019

<sup>6</sup> Do IHGAL pode-se visualizar as coleções (Arqueológica, Mário Marroquim, Indígena e Perseverança) em < <http://www.ihgal.al.org.br/interfaces/colec.htm>>. Acesso 15 mai. 2019

Para situar a composição, adaptação ou mudança dessa bagagem de saberes, um dos fatores significativos se deve ao entendimento de que notícias, objetos, produtos do mundo natural e de civilizações há muito transitavam em um mundo conectado abrindo brechas para captar tendências embrionárias ou despercebidas. O recuo ao século XVIII demonstra que, o colecionismo de produtos naturais, estabeleceu a rede de relações entre Portugal e as colônias brasileira, africanas e asiáticas para manter cheios os gabinetes e museus lusitanos (LOPES, 2009; BRIGOLA, 2009) o que depois terá continuidade no Império sustentando o fluxo de informações, espécimes ou objetos e interligando as províncias ao Museu então Imperial, e nas próprias províncias sofrendo, com o tempo, a dinâmica da *tafonomia*. Coleções foram perdidas, desapareceram ou transferidas de uma instituição para outra na tentativa de vencer a efemeridade que as atinge, por vezes reatualizadas pelas mudanças de paradigmas científicos, filosóficos e mesmo por questões políticas.

No plano da circulação das ideias, os objetivos pragmáticos formavam certo consenso com a instrução levando em conta a ciência e o aprendizado da ciência ou, então, a história pátria e as histórias regionais em articulação e motivos identitários (função dos institutos históricos e geográficos)<sup>7</sup>. Após a segunda metade do século XIX, tem-se o impacto da “cultura de exposições” decorrência das mostras universais iniciadas na Inglaterra em 1851, no impulso da Revolução Industrial fazendo confluir a curiosidade com a ciência (BARBUY, 2011)<sup>8</sup>. A penetração dessa cultura expositiva vai mudar o panorama museológico e museográfico também no Brasil e atingir rincões distantes para o que era só ciência ou aprendizado para poucos incorporar o lazer (BARBUY, 1999), o que não quer dizer que tenha sido para todos. De todo modo, exposições de curta duração se espalharam criando oportunidades para apresentar e divulgar produtos e comercializá-los, constatação que se tem ao folhear revistas que circulavam no primeiro decênio do século XX, propagandeando o viés moderno e em progresso, como no caso da exposição local de Nazareth, Bahia<sup>9</sup>. Com isso quer se afirmar que as alterações e atualizações no campo museológico brasileiro seguiram as pretensões culturais nacionais e internacionais, avançando por dever patriótico, científico, comercial e de negócios, para exercer o sutil domínio simbólico de territórios e grupos e outras razões não menos importantes.

<sup>7</sup> A formação do gosto implicou na criação de pinacotecas. Sobre o tema consultar SQUEFF, 2012.

<sup>8</sup> A “lição das coisas” mesclando a curiosidade e a vulgarização de saberes já influíra na apresentação de coleções (SCHAER, 1993).

<sup>9</sup> Cita-se a “Exposição Municipal de Nazareth” (Bahia), anunciando produtos da cidade, artistas, agricultores, indústrias e “instituições dignificadoras” enfatizando a classificação dos produtos e a distribuição do acervo em salas intituladas por nomes de personalidades apresentando artes liberais, produtos do solo e da indústria, História e publicações locais; Exposição da Estrada de Ferro; fotografias e pinturas; madeiras para vários fins. *Renascença*, Ano II, no. XVII, agosto 1917, s/p.

Ao levar em consideração a temática dos museus locais e a abertura para a busca de informações nas mais diferentes fontes, somada à perspectiva dos “museus perdidos” e ressonâncias da *tafonomia* pretende-se acompanhar aqui as trajetórias de dois museus na Bahia: o do Liceu Provincial, criado em 1836 e posto em funcionamento no ano seguinte, e o do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (daqui em diante IGHB, criado em 1894). Essa periodicidade cruza a Regência (entre Pedro I e Pedro II) e percorre os primeiros anos da República abrindo oportunidade para refletir sobre as atividades museológicas plenamente integradas ao que se implantou no Brasil, embora distantes do ‘nacional’ do Rio de Janeiro.

### **A trajetória sucumbida: o *Muzeo Provincial da Bahia***

A nota *Gabinete de História Natural*, publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1910, ponto notável na historiografia museológica e cultural da Bahia, porém, pouco conhecida, abriu caminho para garimpar documentos e acompanhar na Província da Bahia, a formação e trajetória do “Gabinete Douville” para Museu do Liceu Provincial, a partir da doação do viajante francês Jean-Baptiste Douville em 1835. Coleção e museu se perderam por vários efeitos da tafonomia, dentre os quais a dissolução da missão inicial e as finalidades a que se destinavam.

Ter e manter gabinetes ou museus de história natural<sup>10</sup>, formar coleções de espécimes e amostras da natureza, coletar material arqueológico e artefatos indígenas fez parte do “aprendizado da paisagem” no Brasil, empreendimento que conduziu a elite letrada a nomear as coisas como nacionais, compondo a imagem da nação, auxiliando simbolicamente a busca de coesão. Após 1838, com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro se intensificou o esquadrinhar do espaço territorial em um contínuo, incluindo os habitantes primeiros, os índios, integrantes da paisagem (KODAMA, 2009, p.30-31). Se antes já havia o fluxo de produtos entre a maior colônia de ultramar portuguesa, o projeto político de Pedro I propunha assegurar a integridade territorial estimulando a disposição colecionista pela qual as províncias remeteriam para o Museu do Rio de Janeiro aquilo que recolhessem e interessasse reforçando, conseqüentemente, a estrutura administrativa entre aquele pólo central e as distantes irradiações, as províncias, e nelas incrementando a criação de museus locais (LOPES, 2009). O fluxo comunicativo se fortaleceu mantendo o contato do Rio de Janeiro e a Província da Bahia. Em 20 de julho de 1825 o presidente da Província recebeu Ordem Régia, em nome da Majestade Imperial para remeter ao *Museu Imperial e Nacional*

---

<sup>10</sup> Sobre o Gabinete de História Natural de Pernambuco consultar: RIBEIRO, 2015.

produtos de “qualquer dos três reinos da natureza” porventura encontrados, para o progresso das artes e ciências e aqueles das “mãos dos Índios que fossem dignas de conservarse [sic]”. O Imperador requeria quantidades de produtos do Brasil não em solicitação, mas, exigência emitida pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império, acompanhada de Instruções para as pessoas encarregadas da respectiva preservação<sup>11</sup>.

Os contatos e informações com a Bahia mantiveram-se bem além de 1820. Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, em fevereiro de 1885 escreveu ao presidente da província informando que as companhias de navegação a vapor estavam autorizadas a receber objetos, pois, sabia haver “grande numero de pessoas, que desejam preñar este Museu com objetos uteis as nossas coleções”, e não o faziam pelo custo do transporte. Não foi o único contato. Em 9 de março o mesmo diretor procura informações sobre jazidas de pedra verde de que “faziam ornatos labiais os primitivos habitantes dessa província” solicitando amostras brutas ou lapidadas. No dia 27 de maio nova correspondência comunicava o envio de exemplar do *Jornal do Commercio* com a publicação do estudo da arqueologia brasileira por ele desenvolvido sobre as “pedras verdes”, solicitando a transcrição na imprensa da Província, em prol da arqueologia e geologia do “nosso tão vasto como ainda mal conhecido território pátrio”. Ou ainda a correspondência de 19 de dezembro enviando exemplares de brochura para as bibliotecas públicas com o tema “Inscrição Phenicia apocrypha”, assunto (controverso) de que tanto se “ocupou há 12 anos a imprensa do Brazil e as sociedades sabias da America do Norte e da Europa”<sup>12</sup>, bem como a historiografia posterior.

Fato é que quando a administração da Província da Bahia recebeu o conjunto Douville, em 1835, a função dos gabinetes e museus era bem conhecida assim como as expedições de viajantes naturalistas, apenas para citar uma local, como a de Antonio Moniz de Souza (1782-1857) “botânico” que saiu da Bahia em 1817 para cruzar os sertões em busca de plantas de serventia para a medicina e farmácia<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Ofício de Estevão Ribeiro de Resende ao Presidente da Província da Bahia. Disponível <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssp0001099/mssp0001099.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001099/mssp0001099.pdf)>. Acesso em: 10 mai 2019.

<sup>12</sup> Seção de Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial e Provincial, no. 4069. Presidência da Província, Instrução, Museu Nacional, 1885.

<sup>13</sup> Antonio Moniz de Souza (1782-1857) manteve relações com o Colégio Médico-Cirúrgico, contou com apoio dos governadores da província (SANTOS, 2008). VER TB ARAÚJO, Ubiratan Castro de (org). *Viagens e Observações de um Brasileiro. Antonio Moniz de Souza*. (3ª. Ed.) Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

O assunto sobre coleções de ciências naturais ocupava a ordem do dia. Não é de estranhar, portanto, que a administração da Província da Bahia bem recebesse a doação de Douville e, além disso, ao oficializar o Gabinete contar com instituição apropriada e representativa para desenvolver coleções e enviar duplicados para o Museu do Império, missão facilitada em razão do porto da cidade de Salvador, estrategicamente bem situado para o comércio e a difusão dos produtos naturais na América portuguesa, depois Império Brasileiro. Nesse aspecto, o Relatório de José Ignácio Borges, Ministro e Secretário do Estado Imperial, de 1836, traz informações sobre o museu da Província da Bahia e o do Rio de Janeiro<sup>14</sup>. Ao se referir ao “Museu da Corte” comenta a expectativa de que esse viesse abrigar um sugerido “Curso de Sciencias Physico-mathemáticas” para suprir a lacuna de formação provida pelas Academias Militares ou pela Escola de Medicina (LOPES, 2009). Pensando talvez só no Rio de Janeiro, o Ministro ressalta o quanto tal iniciativa ajudaria o necessário desenvolvimento da indústria. Informa o estado em que se encontrava o Museu Nacional que por manter relações com estabelecimentos científicos - sinalizando sua extrema importância – precisava da indispensável participação das províncias:

Este deposito dos productos dos três Reinos da Natureza não he tão rico como seria de desejar e o poderíamos fazer, mediante algumas explorações no vasto e fertil Paiz que habitamos; mas he sem duvida mais bem provido e espaçoso que o de algumas Cidades da Velha Europa, pena he que não estejam classificados seus productos, mormente do Reino mineral em que he abundante; talvez por não ter cabido em tempo faze-lo ao seu actual Diretor, e ainda maior o de se não haverem creado em outras Cidades do Imperio iguaes Estabelecimentos, com quem repartissem duplicatas que aqui existem.<sup>15</sup>

O registro ministerial merece comentários afora a citada necessidade de museus nas províncias. Observa-se que o Museu no Rio de Janeiro convivia com restrições (direção de Frei Custódio Alves Serrão), mas, mesmo assim contava com material abundante a ponto de dispor de exemplares, para o que enviara “huma relação dos productos que sobrão” de modo a suprir o “Museu que *de novo* ali se creou” na Província da Bahia. O ‘de novo’ sugere que o governo na capital do país tinha conhecimento sobre a instalação de um museu antes da criação oficial do Gabinete de História Natural, mas o documento não traz outros esclarecimentos. Nas

---

<sup>14</sup> Educação e Instrução Publica. Relatório da Repartição dos Negócios do Imperio para a Assembléia Geral Legislativa, 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario do Estado, José Ignácio Borges. Rio de Janeiro na Typographia Nacional, p.8-13. Disponível < <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=3&s=0&cv=1&r=0&xywh=-360%2C1947%2C2027%2C1429> >. Acesso em: 12 mai 2019.

<sup>15</sup> Educação e Instrução Publica. Relatório da Repartição dos Negócios do Imperio, 1836, p.12-13.

linhas seguintes percebe-se que a administração no Rio estava ciente dos problemas locais da Bahia ao se referir às limitadas acomodações para guardar o porventura escolhido da lista enviada, sobre a existência de edifício a ser concluído, de salas disponíveis e do pequeno laboratório químico sem uso, sugerindo que as coleções a serem doadas ficassem na Faculdade de Medicina já que ali faltavam estudos sobre produtos naturais. Não obstante o subentendido do relatório sabe-se da acirrada disputa para liberar espaço entre essa Faculdade e a administração provincial, aparentemente resolvida com a abertura do Liceu Provincial funcionando efetivamente em 1837<sup>16</sup>.

O conjunto formado por Douville, até onde se tem notícias, compunha-se de material dos três reinos da Natureza e artefatos indígenas. Possivelmente, havia amostras de madeira, serpentes, plantas, animais além de arcos e flechas segundo o manuscrito que deixou (CERÁVOLO & RODRIGUEZ, 2018). A vida na Província não corria tranqüila. Os anos de 1830 viam acontecer insurreições em um ambiente aquecido política e socialmente. A cidade do Salvador e o Recôncavo agitavam-se por conspirações de escravos de diferentes grupos étnicos e, justo em 1835 ocorria a revolta dos *malês* (escravos muçulmanos) contra os senhores brancos levando a luta para as ruas da cidade cheia de problemas urbanos e sociais e em crise econômica (REIS, 1991; ARAÚJO, 2009). Em 1830, o presidente da província (Luiz Paulo de Araujo Basto) relatava o ambiente favorável à Monarquia e a disposição para a melhoria da instrução pública na expectativa de formar cidadãos interessados no Estado, “amar as Instituições liberaes” para a pátria em progresso<sup>17</sup>. Ao fim da década, em 1839, o discurso oficial relata a Bahia essa “grande, opulenta, e vasta porção do Imperio” em paz com a “Machina Social”, com o comércio e agricultura beneficiando-se da navegação a vapor, melhorias estruturais na cidade e, dentre outros assuntos, realizando o balanço do ensino secundário nas comarcas e freguesias apontando faltas, transferências, concursos e outros aspectos relacionados a professores e cadeiras de ensino<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Providência dada a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1833, possibilitando as províncias criarem Assembléias com atribuições para legislar sobre o ensino primário e secundário (Farias & Menezes, 1937, p.108-109).

<sup>17</sup> FALLA 1830. Disponível < <http://ddsnext.crl.edu/titles/165#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-634%2C-97%2C2656%2C1874>>. Acesso em 10 mai. 2019.

<sup>18</sup> Instrução Publica - FALLA Presidente da Província da Bahia Thomas Xavier Garcia de Almeida; Assembléia Legislativa, 2 de fevereiro de 1839, p.11-12 . Disponível < <http://ddsnext.crl.edu/titles/165#?c=0&m=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-110%2C273%2C1611%2C1136>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

A coleção deixada por Douville ainda denominada Gabinete de História Natural em 1856<sup>19</sup> passou para Museu Provincial anos depois<sup>20</sup>, ficando no Liceu por interesse para a instrução pública secundária. Porém, a continuidade das coleções e do museu oscilou entre a estagnação e a decadência ao longo dos anos. O presidente Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima (1856) chegou a dizer que embora de nome “pomposo” (Gabinete de História Natural) era “insignificante”, propondo duas saídas: ou lhe dar importância ou fechá-lo, o que seria melhor para economizar despesas<sup>21</sup>.

O Liceu passará por mais duas mudanças até o centenário em 1937: Instituto Oficial de Ensino Secundário (1890), depois Ginásio da Bahia (1895 a 1947 quando passa à Colégio Estadual da Bahia)<sup>22</sup> seguindo o Ginásio Nacional (posteriormente Colégio Pedro II, Rio de Janeiro). Quando da criação do Liceu o paradigma das ciências ditava as diretrizes de coleta para a pesquisa científica e de instrução para o material de história natural. Sob a responsabilidade de um médico da Faculdade de Medicina ficaram os trabalhos de classificação<sup>23</sup> e o compromisso de explicação das coleções, restritas a pouco espaço físico e a visitação limitada por regras, para interessados ou curiosos em ver de perto os objetos naturais. O gabinete-museu parece ter funcionado mais como adendo do que espaço expositivo, pois a história natural não fazia parte do primeiro currículo<sup>24</sup>. Com a expansão do Ginásio da Bahia<sup>25</sup> desdobrando-se em pavilhões, o museu ocupará uma sala em que ficavam “grandes armários, repletos de objetos raros dos três reinos da natureza”, aos cuidados de um *Cathedrático de História Natural* (FARIAS & MENEZES, 1937, p. 112-113). Em 1937 constavam do currículo as disciplinas História Natural e *Sciencias Physicas e Naturaes*, e um preparador<sup>26</sup>.

---

<sup>19</sup> FALLA da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Provincia o Doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, 14 de maio de 1856, p.33. Disponível < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000002.html>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

<sup>20</sup> *Muzêo Provincial*, FALLA, 1876: A2-20 < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/150/000103.html>>.

<sup>21</sup> Falla, 1856, p. 33.

<sup>22</sup> Sobre o Ginásio da Bahia consultar: LIMA, 2003.

<sup>23</sup> Dr. Eduardo Ferreira França (FARIAS & MENEZES, 1937, p. 113).

<sup>24</sup> Constavam: Gramática Filosófica, Latim, Francês, Inglês, Grego, Geografia e História, Aritmética, Geometria e Trigonometria, Filosofia, Eloquência e Poesia, Comércio, Desenho e Pintura, Música (FARIAS & MENEZES, 1937, p. 110-112).

<sup>25</sup> Quando do Ginásio da Bahia os objetivos formativos pautavam-se na concepção do sujeito universal para moldar o homem culto (masculino e branco) destinado à resolução dos problemas da sociedade, com base em paradigmas do centralismo francês e o liberalismo alemão em um país em que fluíam teorias de pensamento como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, referendando as teorias raciais. No governo nacionalista de Vargas surgirá o gabinete antropométrico (LIMA, 2003, p.52, 56 e 65). Quando da instalação da República pesava mais o determinismo biológico e ético acentuando estigmas de inferioridade e quanto as matrizes ideológicas da cultura européia misturavam o positivismo, cientificismo, darwinismo social, spencerianismo, evolucionismo e “outros tantos *ismos*” se prestando aos mais diferentes usos (SALIBA, 2012, p.240).

<sup>26</sup> Dr. Armando Alberto da Costa (cf. FARIAS & MENEZES, 1937, p. 42).

Em 28 de dezembro de 1932, o diretor Alfredo Constantino Vieira pondera que havia muito material amontoado e se arruinando, decidindo enviar para a Pinacoteca do Estado o que não era necessário para o ensino de História Natural e o laboratório. Restou, após a transferência, “preciosas coleções de minerios, modelos de vegetaes e animaes e alguns animaes empalhados, para os estudos da Cadeira” (FARIAS & MENEZES, 1937, p.113-114; 103).

Não se tem notícias sobre o fluxo de visitantes para o Museu do Liceu, mas se sabe que o material de história natural participou de exposições provinciais da Bahia como a de 1872, realizada na cidade do Salvador<sup>27</sup>. Mais adiante em 1876, o professor de botânica e zoologia Dr. Luiz Alvares dos Santos, o mesmo que cuidou da participação na exposição provincial citada<sup>28</sup>, relata a decadência e a necessidade de verbas para ampliar o *Muséu Provincial*. Propôs medidas para contornar a situação: troca de duplicatas e triplicatas com o Gabinete de História Natural da Faculdade de Medicina, e obtenção de coleções de botânica que ali eram muitas; obter da mesma Faculdade e do Gabinete Jonathas (Dr. Jonathas Abbott) exemplares de anatomia comparada “utilíssima para a zoologia”; criar uma seção agrícola e industrial obtendo peças do Instituto Agrícola e dos dois arsenais da província; nomear um preparador<sup>29</sup>.

Pensava-se no progresso e na civilização com o amparo da educação e da instrução com fins utilitários. As qualidades morais e o exercício do gosto para as Belas Artes foram associadas à outra coleção que transitou pelo Liceu: a Galeria Abbott de obras de arte, adquiridas em 1871 por Francisco José da Rocha, vice-presidente da província (FARIAS & MENEZES, 1937, p.170-171). No mesmo ano em que o diretor concluiu sobre a demasiada quantidade do material para as aulas de História Natural, também enviou para a Pinacoteca a parte dessa Coleção que estava no Liceu (outra no Liceu de Artes e Ofícios) depois da compra do conjunto pelo Estado<sup>30</sup>. De acordo com José Antonio do Prado Valladares, diretor do Museu do Estado de 1938 a 1959, ali chegou o que “sobreviveu” (VALLADARES, 1951, p. 31). O circuito virtuoso de atividades colecionistas e museológicas iniciado com o “Gabinete

<sup>27</sup> Sobre as exposições provinciais consultar: CUNHA, 2010.

<sup>28</sup> Catalogo da Exposição Provincial da Bahia. Bahia : Typographia de J. G. Tourinho, 1872.

<sup>29</sup> *Muzéu Provincial*, FALLA, 1876: A2-20 < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/150/000103.html>>. Acesso em 10 mai. 2019.

<sup>30</sup> O decreto nº 7205 de 20 de janeiro de 1931 concedeu autorização para o envio das obras do Liceu Provincial (a essa altura Ginásio da Bahia) e do Liceu de Artes e Ofícios para formar a Pinacoteca do Estado (VALLADARES, 1951, p. 31).

Douville”, derrocou<sup>31</sup>. No âmbito escolar, por volta dos anos de 1940 o material de história natural ficou alocado em uma sala de aula.



Figura 01 - Gabinete de História Natural, Ginásio da Bahia 1940.  
Foto cedida pela profa. Déborah Kelman de Lima; maio 2019.

Com boa margem de probabilidade fatores que podem ter contribuído para conter o desmanche e as seqüelas do *museum taphonomy* do Museu Provincial foram alianças entre os letrados transitando pelas mesmas instituições de formação ou de associativismo (caso do IGHB), muitos ocupando cargos de direção ou na política. Apesar da intenção otimista em salvar o excedente enviado para Pinacoteca, ou seja, para o Museu do Estado (criado em 1918) com o argumento que daria acesso a maior número de pessoas não se deve perder de vista que, pouco a pouco, os objetos de história natural deixaram de ser protagonistas. A exposição do museu estadual em 1931, quando abre a Pinacoteca comportava ainda a mescla de peças, entretanto, também passará por mudanças. Sem um museu especializado em ciências naturais a tendência foi o desaparecimento completo das coleções.

### **Da aparente continuidade: o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

A iniciativa de particulares para a criação do IGHB em 1894<sup>32</sup> veio com a missão de levar para a sociedade soteropolitana a instrução, ciência, literatura e

<sup>31</sup> O Ginásio da Bahia passou a Colégio Estadual da Bahia ou Colégio Central como atualmente denominado. Vimos pessoalmente os efeitos da tafonomia e o quão pouco sobreviveu até mesmo o arquivo institucional. O que restou do material do arquivo é cuidadosamente resguardado pela professora e Mestre em História pelo PPG História/UFBA, Déborah Kelman de Lima.

desenvolver a história do Brasil e a da Bahia. Um museu completaria o acervo de documentos e livros com a função de abrigar material indígena e objetos de homens notáveis no país, uma seção da fauna natural, objetos e produtos da natureza do solo baiano singularizando o regional. Aspecto importante sobre primeiro ideário da agremiação baiana correlaciona-se ao momento político de transição do Império para a República que, na prática, continuou oligárquico: uma “desilusão” (SALIBA, 2012, p.239).

Não eram poucos os desafios e expectativas para modernizar o país: mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, maior direcionamento para a modernização da infraestrutura no Brasil, novos parâmetros mercadológicos, urbanísticos e comportamentais da modernidade industrial, o desenrolar de políticas externas com países vizinhos sul-americanos e com a América do Norte (SANTOS, 2010), entre outras dimensões. Para a província que até metade do século XIX ocupava papel de destaque entre os centros econômicos do Brasil, a transposição para coadjuvante na mudança do regime político, descontentou as elites baianas. Com essa tensão o IGHB ocupou o lugar ideal para agregar sócios interessados no cenário regional reivindicando entre os eventos cívicos nacionais, o período de lutas pela Independência na Bahia durante o Império, consagrando o Dois de Julho de 1823, o dia da proclamação da Independência (ALBUQUERQUE, 1999). O movimento intelectual da agremiação baiana voltava-se (nas décadas posteriores inclusive) para interpretar a Bahia distinguindo-a no país produzindo para isso a história memorialística, épica e monumental (particularmente na década de 1940), em que as elites ali representadas se orgulhavam em referenciar os antepassados e a eles dar continuidade (PASSOS, 2016, p.59)<sup>33</sup>.

Não se tratava mais de prover amostras para o governo ou para o museu no Rio de Janeiro como no Império. Havia motivos para reforçar o papel do Estado da Bahia em suas características particulares correlacionadas ao projeto nacional encampado pelos segmentos dirigentes e a intelectualidade republicana, mesmo que conservadora, mas, ansiosa por conquistas materiais e novo estilo de vida, encaixando-se nos padrões também civilizatórios novos. Nesse enquadramento, as relações entre a anterior província e o centro do Império foram severamente criticadas pela evasão de documentos, produtos e artes baianas para a corte ou países que os cobiçavam (CERÁVOLO, 2016; 2017). Problema que desembocará em 1927 na

<sup>32</sup> De maio de 1856 a 1877 funcionou o Instituto Histórico da Bahia que desenvolveu poucas atividades (SILVA, 2006).

<sup>33</sup> Sobre o discurso histórico na Bahia: SILVA, 2000.

criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais na tentativa de cercar aquela evasão, reunindo no Arquivo Público as *células de preservação* do patrimônio cultural: o Museu do Estado e a Pinacoteca (CERÁVOLO, 2014).

Caso ilustrativo de tentativa de evasão iniciou-se por um confrade do instituto carioca, rendendo notícias exaltadas sobre a imperiosa necessidade de cuidar do patrimônio baiano. Em missiva para Bernardino de Souza<sup>34</sup> o confrade solicita cópia de documentos, costume entre os institutos. A partir daí requisita alguns bens do período do Império que se encontravam na agremiação baiana: uma mesa de tartaruga “com pés de prata” antes pertencentes ao príncipe de Joinville, e um álbum de autógrafos “de pessoas gradas ao Império” de posse do “Conselheiro Amaral, que residia em uma roça em Brotas”. O museu do Instituto Brasileiro, declara o confrade carioca, ficaria enriquecido com a “justa pretensão”<sup>35</sup>. A mesa não foi enviada tornando-se, décadas à frente, pivô de notícias em jornais pelo risco de ser vendida a um museu ou colecionador fora da Bahia<sup>36</sup>.

Em seu início, o IGHB referenciou o Museu Nacional como modelo, o que incluía laboratórios para estudos dos produtos naturais com o apoio do poder público. A formação do museu, laboratório e observatório astronômico incluíam-se nas expectativas do primeiro presidente Tranquilino L. Torres. Tudo se passa como se o Instituto retomasse os modelos europeus das agremiações de sábios ou de universidades européias que desde séculos anteriores dedicavam-se a pesquisas. A ideia para instalar o jardim e horto botânico, o laboratório químico e museu aos moldes de conjunto científico e museológico e mais, de instituir a rede de informações e coletas pela própria província já fora concebida em 1810, com a proposta de criação da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras pela Real Academia de Lisboa mantendo a ligação entre Portugal e a Bahia, para produzir conhecimentos utilitários para Lisboa (LOPES, 2009; CERÁVOLO & RODRIGUEZ, 2018).

A composição do acervo museológico do Instituto da Bahia entre 1894 a 1927 (CERÁVOLO, 2016; 2017) assumiu múltiplas dimensões, concatenando objetos ao simbólico, privilegiadamente pelo culto ao passado, continuando a missão dos institutos criados na época do Império<sup>37</sup>. Conjugado aos fins utilitários, o objetivo era

---

<sup>34</sup> Bernardino de Souza foi professor de história e geografia, jurista e diretor da Faculdade de Direito da Bahia findou a carreira como ministro do Tribuna de Contas da União, historiador e “contribuiu para a demarcação correta dos limites” do Estado da Bahia (*Bernardino de Souza...*, 2009, p.9).

<sup>35</sup> Correspondência 23 de janeiro de 1924. Arquivo IGHB.

<sup>36</sup> *De Tartaruga com Pe's de Prata. Uma meza histórica que deve ficar na Bahia*. A Tarde, 21 de abril 1939. Notícias sobre essa mesma mesa pode ser lida em OLIVEIRA, 2003, pg. 27 a 32.

<sup>37</sup> Considerar o culto ao passado finalidade de museu do IGHB rememora a proposição do “culto da saudade” de Gustavo Barroso (associado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) na gestão frente

deixar à mostra as riquezas da Bahia. Graças à mobilização dos agremiados ou interessados em colaborar, cientes da função de salvaguarda da memória social, o desenvolvimento e consolidação da agremiação baiana garantiu prestígio na sociedade baiana que, como vimos acontecer no Liceu Provincial, participavam das mesmas redes políticas, econômicas, sociais e culturais fossem elas nacionais ou ramificadas no exterior. A ampliação dos acervos da biblioteca, arquivo e, principalmente, do museu assentou-se naquela rede de relações através de presentes, ofertas, doações, donativos, compras e transferências de objetos e exemplares espalhados nos órgãos públicos. A estratégia de formação do acervo resultou em enorme diversidade: numismática, amostras de minerais e madeiras, material arqueológico e indígena e de artes, compondo o conjunto eclético muito similar ao previsto nos museus de história natural que incluíam a parte histórica. Não obstante a proximidade entre os acervos dos museus de história natural no Brasil, o instituto baiano não contava com a mesma estrutura, ou seja, pesquisadores e expedições para ampliar as respectivas coleções. A existência de objetos, de acordo com os objetivos institucionais, prestava-se para complementar o conjunto documental, mais como uma espécie de ‘preenchimento visual’ e menos com fins investigativos. Até porque a história se fazia com documentos escritos e a geografia pela cartografia.

No IGHB a parte histórica marcava presença em bandeiras qualificadas de históricas, retratos, telas, quadros e bustos em geral de personagens da história brasileira e da Bahia, bronzes e lápides comemorativas, entre outros exemplares atestados ao se acompanhar as listas de doações publicadas na revista institucional. A mescla do recebido fez coexistir universos sociais e culturais totalmente diferentes: o “amarrado de flechas (e um jacaré)” e o “machado de pedra dos índios Parintins, do Amazonas”<sup>38</sup>, com a roupa “de couro usada pelo vaqueiro do Nordeste da Bahia, composta das seguintes peças: um gibão, perneiras, guarda peito, um par de luvas, um chapéu”, doada em 1917<sup>39</sup>, e o “chale de sêda bordado que pertenceu a Dona Maria Emilia Duarte da Silva, com cerca de 80 anos”<sup>40</sup>, em exemplos demonstrativos das diferentes direções do acervo. Nesse aspecto, os objetos relacionados à vida de pessoas e de parentes próximos ou distantes, lembranças de eventos ocorridos na cidade do Salvador ou em terras baianas preencheram materialmente a história regional, em perfil muito parecido ao dos institutos de Pernambuco, Alagoas ou São

---

ao Museu Histórico Nacional, instituído em 1922. Saudade refere-se à perda do passado monárquico visto como mais organizado e estável do que os primeiros anos republicanos (cf. MAGALHÃES, 2004).

<sup>38</sup> RIGHB, *Offertas em 1910*, p. 182.

<sup>39</sup> RIGHB, *Offertas em 1917*, p. 310.

<sup>40</sup> RIGHB, *Agosto de 1922 - Offertas feitas ao IGHB, 1922 A 1923 - vo.45*, p.518 e 520.

Paulo. O IGHBahia tornou-se o ‘tabernáculo de relíquias’ cuidado pelos associados, investidos da missão de elevar o “nome da Bahia culta” (BOCCANERA JUNIOR, 1926, p. 172).

Quanto aos indígenas<sup>41</sup> e artefatos indígenas a agremiação baiana lidou com o legado discutido no Instituto Brasileiro no regime imperial trazendo para a pauta, no republicano, a condição indígena e a da população negra baiana acusada de desvios comportamentais promulgando, junto com a Faculdade de Medicina da Bahia, o discurso higienista, eugenista, educativo e civilizatório. Dentre o material indígena recebido uma igaçaba dos Kraós (indicada como urna funerária)<sup>42</sup>, descrita por Bernardino de Souza, a “mão de gral” e o fragmento inconcluso de pedra polida por Theodoro Sampaio, mereceram a publicação de artigos valorizados como documentos da arqueologia do homem americano no contexto pré-colombiano. O Instituto baiano também recebeu peças recolhidas ao Candomblé em batidas policiais sem que se saiba, no período citado, se ficavam à mostra ou guardadas.

Pensando-se nos paradigmas científicos relacionados aos museus de história natural observa-se que o IGHB teve dificuldades, ou falta de incentivos, para dedicar-se a parte propriamente científica da classificação do acervo como acontecia nos museus referenciados como no Nacional, Paulista, Botânico, Goeldi e outros, com especialistas coletando material e produzindo pesquisas<sup>43</sup>. O investimento maior se deu nas biografias de personalidades baianas e seus feitos (ALBUQUERQUE, 1999), o que reflete o protagonismo do trabalho memorialístico. Além disso, formar seções de um museu classificando materiais equivale à atividade científica que requer preparo. No Instituto baiano a atividade dependia da boa vontade dos sócios, nem sempre especialistas. O pedido de ajuda para Theodoro Sampaio classificar amostras minerais, artefatos indígenas, material arqueológico formando o *Museu archeologico indigena*<sup>44</sup> nos diz da intenção, mas, não da comprovação de que foi realizada. A falta de rigidez em categorizar a tipologia do acervo de objetos do Instituto baiano, também referenciado como *Muséu Histórico do Instituto* parece, assim, depender do ponto de vista assumido (CERÁVOLO, 2017).

<sup>41</sup> No período da Primeira República a integração dos índios desde que catequizados e educados era vista pelos membros do IGHB como possibilidade de mão de obra para o trabalho no interior do Estado ao lado de imigrantes europeus (SILVA, 2006).

<sup>42</sup> (Doação do Dr. Vital Cardoso do Rego). Museu do Instituto Histórico. Urna funerária dos caboclos. *RIGHB*, Anno XXIV, no. 43, p.227-230.

<sup>43</sup> No Estatuto de 1894 o inciso 7º tem-se: “Organizar uma secção do museu que devera fornecer os dados precisos e indispensáveis para um bom trabalho sobre a fauna genuinamente bahiana” (RIGHB, 1998, no.1:37). Outras seções foram deixadas para deliberações futuras a partir de discussões internas (CERÁVOLO, 2017)

<sup>44</sup> Sessão Magna- Comemorativa do 24º Aniversário de Fundação em 3 de maio de 1915 (RGHB, 1915, Anno XXII, vol. XX,nº41: 105)

De todo modo, a agremiação baiana se tornou um dos cartões de visita da cidade do Salvador. A sede inaugurada em 2 de julho de 1923 foi motivo de festejos. A Casa da Bahia a época dirigida por Theodoro Sampaio, personalidade de renome no quadro dos intelectuais e cientistas brasileiros, materializava a existência de verdadeiro monumento ao civismo. Ali chegaram visitas como a de Affonso d'Escragnolle Taunay, diretor do Museu Paulista e do Museu Convenção Republicana (Itu, SP)<sup>45</sup>, confrade pelo Instituto Histórico de São Paulo, que recebeu fotografia da nova Casa na troca de missivas elogiosas<sup>46</sup>, alimentando o intercâmbio entre as agremiações congêneres. Sua visita em agosto de 1927, convidado pelo governador Francisco Góes Calmon, sócio do IGHB, assinala objetivos politicamente planejados em momento de calorosa discussão sobre a derrubada da Igreja da Sé<sup>47</sup>. A visita e as palavras de A. Taunay endossariam quer a importância do patrimônio arquitetônico civil e religioso na capital Salvador e em cidades do Recôncavo Baiano (Santo Amaro e Cachoeira) e, no interior (Feira de Santana), quer a Bahia em progresso, para o que visitou o Serviço de Estatística Agrícola, Industrial e Comercial e a recém-inaugurada Biblioteca Pública. Não sugere apenas coincidência, portanto, que sua visita acontecesse justo quando da aprovação do projeto de lei, elaborado por Pedro Calmon<sup>48</sup>, para criar a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Aliás, o tema preservação de bens imóveis e móveis da Bahia havia sido posto em discussão na agremiação baiana desde a década anterior<sup>49</sup>. Taunay não tocou no assunto da inspetoria na comunicação apresentada na agremiação, mas deixou elogios por preservar documentos, preocupar-se com o patrimônio arquitetônico e os bens móveis da Bahia. Elogiou enfaticamente a arrumação e peças do museu.

Ainda que a agremiação não seguisse passo a passo o modelo do Museu Nacional ou dos museus provinciais que tanto a inspiraram na criação do seu museu institucional, e a visitação fosse aberta aos associados e relativamente para interessados, o IGHB canalizou literatos que investiram na história da Bahia, um deles Francisco Borges de Barros, autor de vários trabalhos e obras notabilizadas (VALIM, 2018). Participante ativo na agremiação e no serviço público, o historiador puxará o fio para criar o Museu do Estado a partir do Arquivo Público da Bahia que dirigiu.

<sup>45</sup> Sobre o Museu Republicano consultar MARTINS, 2012.

<sup>46</sup> Correspondência 18.02.1924. Cx Arquivo Histórico Theodoro Sampaio – 1923-1924. Arquivo IGHB.

<sup>47</sup> Sobre o tema consultar: PERES, 2009.

<sup>48</sup> Salienta-se que Pedro Calmon foi aluno da Escola de Belas Artes da Bahia, historiador em trabalho no Museu Histórico Nacional a partir de 1925 (BARATA, 1986:22).

<sup>49</sup> Em 1917, portanto uma década antes da atuação do SPHAN, Wanderley de Araújo Pinho, sócio ilustre do IGHB, propôs a Comissão dos Monumentos e das Artes com atividades para inventariar monumentos e edificações importantes para a história da Bahia, e medidas para conter a evasão de bens móveis especialmente do Recôncavo baiano (CERÁVOLO, 2014).

A agremiação baiana continua ativa comemorando mais de um século de existência, com página virtual e *Facebook*. A principal premissa que vigorou foi dedicada, no passado, ao orgulho pátrio a partir da Bahia e o estímulo para a identidade regional e não o estudo das ciências naturais o que se reflete nitidamente na falta de estruturação e no tratamento dado ao acervo do museu. As esparsas entradas de objetos naturais, amostras minerais ou de madeiras foram de longe suplantadas pelos materiais relacionados à memória privada e social dos baianos.

Ao longo do tempo o acervo museológico sofreu esvaziamentos<sup>50</sup>, e o próprio museu esteve desprezado senão esquecido. Reativado recentemente vem sendo reorganizado, as peças higienizadas e em catalogação. O circuito expositivo revisto apresenta, novamente, o que restou, mas, em atual perspectiva museológica, museográfica e de salvaguarda patrimonial. Isto inclui os estudos do acervo e a integração de vitrines em madeira nobre com detalhes esculpido em baixo relevo executadas provavelmente quando da inauguração da Casa da Bahia. Os antigos mostruários são hoje parte da trajetória do museu e da agremiação baiana<sup>51</sup>. Essa renovação nos permite afirmar que o Instituto Geográfico da Bahia e seu museu acabaram suplantando as camadas do tempo em aparente continuidade e significativas rupturas, pois, certamente não se trata mais do previsto no Estatuto de 1894.

### **Considerações finais: Coleções e Museus no círculo das mutações**

Como possibilidades para o adensamento das histórias de museus locais e múltiplas e trajetórias complexas, considerou-se a impermanência decorrente do fenômeno da tafonomia procurando apresentar um caminho de estudos sobre coleções e museus – que não são “cápsulas para a posteridade” usando a expressão de Lubar e co-autores (2017) -. Tomando como exemplos mais detalhados o caso de museus baianos (o Provincial e o do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), detectamos a variedade de repercussões intrincadas, determinadas por escolhas de

---

<sup>50</sup> Ainda que registros não dêem conta do existido no passado o IGHB conta com fichas elaboradas em 1950, por Herundina Baptista (funcionária do Museu do Estado da Bahia), e pelo Inventário publicado em duas partes na Revista institucional (no.s 85, 1972/1975 e 86, 1976/77)(cf SANTOS, Jancileide S. dos. *Coleções, colecionismo e colecionadores: um estudo sobre o processo de legitimidade artística da produção de arte popular na Bahia - 1940-1960*. Dissertação, PPG Artes Visuais, Escola de Belas Artes/UFBA, 2013). Atualmente poucas peças afro e afro-brasileiras podem ser vistas nas paredes (máscaras) ou em vitrines no saguão do edifício.

<sup>51</sup> Projeto em curso pela museóloga e profa. Dra. Heloisa Helena Costa, e a museóloga Rita Fonseca Chaves.

agendas, arranjos de interesses e contingências causando a diversificação de orientações.

Resgatar situações como essas de alguns dos museus e coleções de Salvador talvez nos permitam avançar nas perspectivas traçadas por Waldisa Russio Camargo Guarnieri sobre a existência de um passado museológico brasileiro (GUARNIERI, [1979], 2010). Marcados por continuidades e rupturas, tais trajetórias que continuam a merecer maiores adensamentos para além dos que já estão sendo realizados, atingem as práticas museológicas em ação, diretamente encadeadas às mudanças do próprio tempo presente, possibilitando a compreensão histórica mais aprofundada.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia*. Transição conservadora e formação da nação 1838-1850. Salvador: EDUFBA, 2009.

BARATA, Mário. Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. *RIHGB*, v. 147, n. 350, p.22-30, 1986. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsNnQ4V1ZHSmh0VnM/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNnQ4V1ZHSmh0VnM/view)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BARBUY, Heloisa. Cultura de exposições em São Paulo, no século XIX. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (Orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campo Grande: EDUEPB, 2011. p. 257-268

BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

SENA, Consuelo Ponde de (Org.). *Bernardino de Souza Vida e Obra*. Salvador: Editora Quarteto, 2009.

BOCANNERA JUNIOR, Sílio. *Bahia Cívica e Religiosa*. Subsídios para a História. Bahia: A Nova Graphica, 1926.

BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no século XVIII*. Textos e documentos. Porto, Portugal: Porto Editora, 2009.

CERÁVOLO, Suely M. Colecionando “homens e cousas”: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894 a 1927). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 112, p. 97-134, 2017.

CERÁVOLO, Suely M. Brazilian Ark: The Museum of the Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894–1927). *Museum History Journal*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19369816.2015.1118254?journalCode=yymhj20>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CERÁVOLO, Suely M. A Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *90 Anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 122-142.

CERÁVOLO, Suely Moraes; RODRIGUEZ, M. Cerqueira. Colecionismo na Bahia Oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 197-212, 2018. Disponível em:

<[https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=61](https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=61)>. Acesso em: 10 mai. 2019

COLEMAN, L. V. Coleman. *Directory of Museums in South America*. Washington, DC: The American Association of Museums, 1929.

CUNHA, Cinthia da Silva. *As exposições províncias do Império: a Bahia e as exposições universais (1866 a 1888)*. Dissertação (Mestrado), PPG História, UFBA, 2010. Disponível em: <[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010.\\_cunha\\_cynthia\\_da\\_silva.\\_as\\_exposicoes\\_provinciais\\_do\\_imperio\\_a\\_bahia\\_e\\_as\\_exposicoes\\_universais\\_1866-1888.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._cunha_cynthia_da_silva._as_exposicoes_provinciais_do_imperio_a_bahia_e_as_exposicoes_universais_1866-1888.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

DADOS HISTÓRICOS. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: IHGA, 2008.

FARIAS, Gelasio de Abreu; MENEZES, Francisco da Conceição. *Memoria Historica do Ensino Secundário Oficial na Bahia durante o primeiro século (1837-1937)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

GUARNIERI, Waldisa R. Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? In: BRUNO, Maria. Cristina de O. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional*. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, [1979], 2010. p. 86-95.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*. Dissertação (Mestrado), PPG História, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: São Paulo: EDUSP, 2009.

LIMA, Déborah Kelman de. *"O Banquete Espiritual da Instrução": O Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942*. Dissertação (Mestrado), PPG História, FFCH, UFBA, 2003. Disponível em: <[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2003.\\_lima\\_deborah\\_kelman\\_de.\\_o\\_banquete\\_espiritual\\_da\\_instrucao.\\_o\\_ginasio\\_da\\_bahia\\_salvador\\_1895\\_a\\_1942.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2003._lima_deborah_kelman_de._o_banquete_espiritual_da_instrucao._o_ginasio_da_bahia_salvador_1895_a_1942.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. (1ª ed. 1997), 2ª. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

LOPES, Maria Margaret; SÁ, Magali. R. Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory. *Museum History Journal*, v. 9, p. 77-92, 2016.

LOPES, Maria Margaret; FIGUEIRÔA, Silvia F. M. de. Le CNAM inspire une idée de musée aux tropiques: la collection des machines et des modèles industrielles de la Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN (Brésil, 1827-1878). *Cahiers d'histoire du CNAM*, Paris (in press).

LUBAR, S.; RIEPPEL, L.; DAY, A.; DUFFY, K. Lost Museums. *Museum History Journal*, v.10, n.1, p. 1-14, 2017,. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/19369816.2016.1259330?needAccess=true>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (Mestrado), PPG em História Social, UFRJ, 2004. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=118416](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=118416)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MARTINS, 2012. Mariana Esteves. *A formação do Museu Republicano Convenção de Itu (1921-1946)*. Dissertação (Mestrado), PPG em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21082012-093930/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MELLO, José A, G, de. O Museu do Instituto Arqueológico. Roteiro de Visita. *Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LVII, Recife, 1985.

- NEIVA, A. *Esboço Histórico sobre Botânica e Zoologia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Paulista, 1929.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *O príncipe de Joinville na Bahia, na ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné (1840-1843)*. Salvador: EDUFBA, 2003.
- PASSOS, Alan Santos. *A cidade de Salvador e os seus 400 anos: política, história e usos do passado (Bahia, 1949)*. Dissertação (Mestrado), PPG História, UFBA, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21137>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. (3ª. Ed.) Salvador: Editora Corrupio/Petrobrás, 2009.
- PODGORNY, Irina. 'Hacia una historia burocrática de las ciencias'. In: CERDA, Carlos Sanhueza (Org.). *La movilidad del saber científico em América Latina*. Objetos, prácticas e instituciones (siglos XVIII al XX). Santiago do Chile: Universitaria, 2018. p. 19-54.
- PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. *El desierto em uma vitrina*. Museos e historia natural em la Argentina, 1810-1890. Rosario: Protohistoria Ediciones, 2014.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). *Varia hist.* [online], v. 30, n. 53, p. 365-389, 2014.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. Sobreviveu, quem diria: o processo de musealização do Gabinete de História Natural do Ginásio Pernambucano no século XX. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3156/1208>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- SALIBA, Elias Thomé. 'Cultura/As apostas na República'. In: SCHWARZ, Lilia M. *A abertura para o mundo – 1889-1930*. v. 3 (Coord.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 239-294.
- SANTOS, Laura Carvalho dos. Antônio Moniz de Souza, o 'Homem da Natureza Brasileira': ciência e plantas medicinais no início do século XIX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, v.15, n. 4, Rio de Janeiro, Oct./Dec.2008. Grifo da autora. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- SANTOS, Míriam Benevenute; GRANATO, Marcus. As Instituições da Marinha no Rio de Janeiro e a Preservação de Bens Culturais. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, p. 128-150, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/18390>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- SANTOS, Luís Cádio Villhafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval. Política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- SANTOS, Thais Ferreira dos. *Exposição, Pedagogium, ISERJ*. Trajetórias Interrompidas. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Museologia, Faculdade de Ciência da Informação, UnB, 2018.
- SCHAER, Roland. *L'invention des musées*. Paris: Gallimard, 1993.
- SILVA, Aldo J. Moraes. *O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e estratégias de consolidação institucional – 1894-1930*. Tese (Doutorado), PPG História, UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13614?mode=full>>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- SILVA, Paulo Santos. *Ancoras de Tradição. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SOUZA, George F. Cabral de; NEVES, Fernanda I.; LEÃO, Reinaldo Carneiro; GALVÃO, Tácito Cordeiro. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: IAHGP, 2010.
- SQUEFF, Leticia. *Uma Galeria para o Império. A Coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: EDUSP :FAPESP, 2012.

VALIM, Patricia. Foram quatro Tiradentes na Bahia de 1798? Intérpretes da Conjuração Baiana de 1798 no primeiro centenário da Independência Política do Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 113, p. 23-50, 2018.

VALLADARES, José. *A Galeria Abbott. Primeira Pinacoteca da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia; Secretaria de Educação e Saúde, 1951 (Publicações do Museu, 12).

---

Data de recebimento: 19.08.2019

Data de aceite: 23.10.2019